



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
LETRAS – LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

CLEONICE RODRIGUES DE VILHENA

**A QUESTÃO DO USO DA PRÓCLISE EM INÍCIO DE FRASE NA OBRA
ESTHESIA PHILOLOGIA, DE AUGUSTO MEIRA (1909)**

ABAETETUBA

2018

CLEONICE RODRIGUES DE VILHENA

**A QUESTÃO DO USO DA PRÓCLISE EM INÍCIO DE FRASE NA OBRA
ESTHESIA PHILOLOGIA, DE AUGUSTO MEIRA (1909)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do título de Graduada em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA

2018

CLEONICE RODRIGUES DE VILHENA

**A QUESTÃO DO USO DA PRÓCLISE EM INÍCIO DE FRASE NA OBRA
ESTHESIA PHILOLOGIA, DE AUGUSTO MEIRA (1909)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para obtenção do título de Graduada em Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa, Faculdade de Ciências da Linguagem, Campus de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte
Orientadora – UFPA

Prof. Me. Marcos Ferreira Barbosa
Examinador Interno - UFPA

Profa. Ma. Rejane Santos Nonato
Examinadora Interna - UFPA

ABAETETUBA

2018

A meu amado e inesquecível pai (*in
memoriam*).

A minha mãe, Maria.

Aos meus dez irmãos.

Ao meu esposo, Fábio Ferreira.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido superar todas as dificuldades e chegar até aqui.

A professora Ray Duarte pelos direcionamentos, ensinamentos, carinho, compreensão e incentivo, essenciais para que eu não desistisse.

A meus pais, Maria e Odilon, que sempre me incentivaram nos estudos, apesar das muitas dificuldades encontradas e do pouquíssimo estudo que eles possuem.

A meus irmãos por toda a ajuda que precisei e eles sempre estavam à minha disposição independente do que fosse.

A meu esposo, Fábio Ferreira, pela paciência comigo nos momentos mais difíceis que passei para concluir este trabalho.

A amiga e irmã do coração, Michaelly Menezes, pela amizade e parceria em todos os momentos dentro e fora da vida acadêmica.

Ao amigo Mário Adilson pela grande ajuda no artigo que culminou nesse trabalho final.

A todos vocês o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o fenômeno da próclise em início de frase na obra *Esthesia Philologica: Variações Pronominaes*, de Augusto Meira, publicada em 1909. Para isso, busca-se fazer um estudo a respeito da vida de José Augusto Meira Dantas; compreender os contextos histórico e linguístico em que a obra foi escrita e analisar o fenômeno da próclise em início de frase à luz de Augusto Meira. Usamos como orientação teórico-metodológica as discussões sobre colocação pronominal de Meira (1909), Almeida (1969), e o autor contemporâneo Bagno (2012, 2017). Podemos entender que a obra de Augusto Meira, apesar de ser do início do século XX, ainda hoje causa impasse entre os gramáticos com relação à colocação dos pronomes oblíquos átonos em início de frase¹, o que nos faz refletir o quanto os manuais ainda estamos presos a conceitos equivocados ligados apenas ao português de Portugal. Contudo, isso não nos atrapalham de ter uma identidade linguística própria, verdadeiramente brasileira.

Palavras-chave: Colocação pronominal. Augusto Meira. *Esthesia Philologica*.

¹ Usamos as expressões frase, oração, período, em vez de enunciado, que é o termo apropriado em situações reais de interação social, para acompanhar as expressões que Meira (1909) usa no decorrer de seu livro, objeto de nosso estudo.

ABSTRACT

This work has as general objective to analyze the phenomenon of pronominal placement in the work *Esthesia Philologica: Variações Pronominaes*, by Augusto Meira, published in 1909. For this, a study is made on the life of José Augusto Meira Dantas; understand the historical and linguistic context in which the work was written and analyze the phenomena of pronominal placement in the light of Augusto Meira. We used as a theoretical-methodological orientation the discussions about the pronominal placement of Meira (1909), Almeida (1969), and the contemporary author Bagno (2012, 2017). We can understand that the work of Augusto Meira, despite being from the beginning of the twentieth century, still today causes impasse among grammarians regarding the placement of unstressed oblique pronouns at the beginning of sentence, which makes us reflect how still we are stuck with concepts mistakes that do not allow us to have our own identity, which does not allow us to evolve, in a way, to a truly Brazilian language.

Keywords: Pronominal placement. Augusto Meira. *Esthesia Philologica*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplos da grafia no período pseudo-etimológico presente no livro <i>Esthesia Philologica</i>	20
Figura 2 – Recorte da folha de apresentação de <i>Esthesia Philologica</i> (1909)	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A VIDA DE AUGUSTO MEIRA.....	11
2 CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DE <i>ESTHESIA PHILOLOGICA</i> ..	15
3 O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL: AVALIAÇÃO CRÍTICA	21
✓ A colocação pronominal: prescrição e descrição	23
✓ O fenômeno da colocação pronominal sob a ótica de Augusto Meira	27
CONCLUSÕES	33
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Todos nós, que já cursamos o ensino fundamental e médio, passamos, em algum momento da vida, pelo estudo das regras de colocação pronominal e percebemos como esse fenômeno é de difícil compreensão, principalmente na relação entre a fala e a escrita. Pois bem: sabemos que, segundo a norma dita padrão da língua, não devemos usar um pronome oblíquo em início de oração (embora não usemos essa regra na fala). Isso acaba ocasionando uma grande dúvida em nossas cabeças, principalmente quando não se tem um conhecimento mais profundo do português brasileiro.

O que pretendemos, através deste estudo, é analisar o fenômeno da colocação pronominal na obra *Esthesia Philologica: Variações Pronominaes*, de Augusto Meira (1909). Para isso, buscamos fazer um estudo a respeito da vida de José Augusto Meira Dantas; compreender os contextos histórico e linguístico em que a obra foi escrita e analisar o uso de pronomes pessoais do caso oblíquo em início de frase à luz de Augusto Meira.

É um estudo de caráter histórico e linguístico, em que se busca fazer uma análise da colocação pronominal a partir dos estudos de Meira (1909), Almeida (1969) e o autor contemporâneo Bagno (2012; 2017). A pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa “A produção do livro didático na Amazônia paraense: gramáticas infantis e livros de leitura (1820 a 1920)”, que objetiva reconstituir aspectos relacionados a produção, regulamentação, difusão e adoção de livros didáticos de português em escolas paraenses nos séculos XIX e XX. Este projeto está ligado ao Grupo de Estudos em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA).

O trabalho está dividido da seguinte maneira: na primeira seção, será exposto a respeito da vida de Augusto Meira; na segunda, será abordado sobre o contexto histórico e linguístico do período de produção da obra *Esthesia Philologica* e na terceira, será feita uma avaliação crítica sobre o fenômeno da colocação pronominal no português brasileiro a partir da obra em estudo.

1 A VIDA DE AUGUSTO MEIRA

José Augusto Meira Dantas era natural do Rio Grande do Norte, mais precisamente do município de Ceará Mirim. Nasceu no dia 11 de dezembro de 1873. Seus genitores foram Olinto José Meira e D. Maria Generosa Meira Ribeiro Dantas. Seu pai possuía extensa propriedade rural e também muita influência política no império, tendo sido deputado pelo Rio Grande do Norte em 1859 e presidente das províncias do Pará e do Rio Grande do Norte de 1863 a 1866. Seu avô materno foi também um grande proprietário de terras no Rio grande do Norte e importante figura política na província no Império (BRASIL, s.d).

Segundo M. Meira (2008) Augusto niciou os primeiros estudos no engenho Jericó, onde morava, sob a tutela de seu pai, realizando os exames finais no Ateneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Entrou em 1895 na faculdade de Direito no Recife. Nessa instituição, se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em dezembro de 1899. Por ter realizado um curso brilhante, recebeu como prêmio uma viagem à Europa. Porém, naquela ocasião não pode viajar. Realizou uma especialização em Direito criminal e civil.

Com pouquíssimo tempo de formado, retornou para à fazenda de seu pai, ajudando-o no decorrer do ano de 1900. Mudou-se, em seguida, para o Rio de Janeiro que, nessa época, era o Distrito Federal, com o propósito de fixar nessa cidade o centro de suas atividades.

Foi indicado para o cargo de delegado de polícia. Nessa função, foi designado pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, Edmundo Muniz Barreto, para desfazer uma greve na Fábrica de Bangu. Depois da execução dessa tarefa, exonerou-se do cargo por causa de desentendimento com o chefe de polícia que se originou do fato de Meira ter permitido que as notícias sobre a greve chegassem à imprensa antes de se tornarem do conhecimento de Muniz Barreto.

Participou do congresso de Juristas em 1903, na cidade do Rio de Janeiro. Foi transferido no mesmo ano para o estado do Pará, sendo designado promotor público da comarca de Santarém (PA). Nesse período, atuou como jurista na questão aberta entre os governos Federal e do Amazonas acerca dos direitos sobre a região do Acre, o qual pertencia antes à Bolívia e agora incorporada ao Brasil mediante o tratado de Petrópolis de 1903. Foi contrário à reivindicação amazonense de incorporação da referida região. Criado oficialmente em 1904, o território federal do Acre só foi elevado à categoria de Estado em junho de 1962.

Em janeiro de 1905, foi transferido para Belém, onde permaneceu como promotor público. Nessa cidade, também dedicou-se à advocacia, à política e ao jornalismo. Conseguiu realizar a viagem à Europa que havia recebido como prêmio de formatura em 1907, após voltar a Belém. Conquistou, por concurso, no ano seguinte, a cátedra de Direito Penal da Faculdade de Direito do Pará e, logo depois, a cátedra de Direito Civil da mesma instituição. Deu início à vida política em 1912, elegendo-se deputado da Assembleia Legislativa paraense. Depois, reelegeu-se em 1918, 1921 e 1927. De novo, foi eleito deputado estadual em 1930, exerceu o mandato até 24 de outubro desse ano, nessa ocasião com o afastamento do governo do presidente Washington Luís devido a vitória do movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas, foram extintos todos os órgãos legislativos do país. Depois da vitória da revolução de 1930, deu um tempo das atividades políticas e só retornou passado o fim do estado novo (1937-1945).

No pleito de janeiro de 1947, foi eleito como terceiro senador em conformidade com o previsto pela nova constituição, de 18 de setembro de 1946, pelo Estado do Pará na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Tomou posse em março do mesmo ano. Nessa legislatura, fez parte das comissões Especial de Leis Complementares da Constituição, de Constituição e Justiça, de Redação de Leis e Mista de Leis Complementares do Senado. No pleito de 1950, conseguiu eleger-se deputado federal pelo Pará na mesma legenda e, abandonando o senado em janeiro de 1951, assumiu o mandato na câmara em fevereiro seguinte. Nessa legislatura, fez parte da comissão de constituição e justiça, da qual foi vice-presidente. No pleito de 1954, foi candidato a uma vaga no senado, pelo mesmo partido PSD. Não conseguiu ser eleito. Continuou na câmara dos deputados até janeiro de 1955, quando deixou a casa definitivamente.

Estabilizou residência no Rio de Janeiro em 1960. Nesse período, passou a dedicar-se totalmente ao jornalismo, colaborando como articulista no jornal do comércio e no jornal do Brasil. Também trabalhou na imprensa paraense nesse mesmo período, escrevendo semanalmente para seus órgãos principais. Além disso, foi literato e poeta. Meira foi membro fundador da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico do Pará, além de membro-correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi ainda diretor da Faculdade de Direito do Pará. Veio a óbito em Belém no dia 24 de março de 1964.

Augusto Meira era marido de Anésia de Bastos Meira, neta do barão de Santarém, Miguel Antônio Pinto Guimarães, uma figura pública importante também. Dentre outros

cargos públicos, ocupou a presidência da província do Pará em 1855, 1871 e 1873, e exerceu o comando da Guarda Nacional. De seu feliz casamento com Anésia, nasceram nove filhos, entre eles Otávio de Bastos Meira, interventor federal no Estado do Pará em 1946.

Publicou muitas obras, das quais destacamos: *Autonomia acreana* (1913); *Rui Barbosa e Rio Branco* (1918); *Amazonas versus Pará* (1932); *Eis o livro*; *Estudos de filosofia, Religião e história*; *Impostos interestaduais*; *Direito e arbítrio*; *O princípio de Müller*; *Impostos diferenciais*; *In memoriam*; *Tirania dos erros*; *O caso dos habeas-corporis*; *Selva selvagem*; *Encontros do caminho*; *Centenário de Rui Barbosa e outros*; *Estela votiva*; *Extinção de mandatos*; *Estesia filológica*; *Violação e restauração da lei*; *Mandado de segurança*; *Discursos do paraninfo*; *Delinqüência e responsabilidade*; *O operariado nacional e os novos calabares*; *O habeas-corporis em ação*; *O sonho criador*; *Psicologia da grande guerra*; *Determinismo criador*; *Alcíones*; *Falenas e nenúfares*; *Albos*; *Pirina*; *Caminho da glória*; *Secreto esplendor*; *Auréolas*; *Lírios e verbenas*; *Almas das horas*; *Carimbos brasileiros e Brasileis* (poemas). Esta última foi sua obra poética fundamental: epopeia nacional brasileira, escrita no período de julho de 1921 a de dezembro de 1922. Trata-se de um épico do Brasil que envolve o período do país antes da descoberta e vai até o fim da Guerra do Paraguai. O poema possui 14 cantos, 2.299 estrofes, 8.816 versos. Estuda os navegadores, a terra, os rios, a floresta, os nativos, os negros, os colonizadores, os episódios heroicos da dominação portuguesa e dos ideais brasileiros de independência (MEIRA, 2008).

Augusto Meira possui uma biografia riquíssima: foi poeta, publicista, orador, professor de Latim, Português e Lógica, ocupando ainda as cátedras de Direito Penal e Direito Civil da Faculdade de Direito. Na vida política, foi contra a internacionalização da Amazônia, apresentando também diversos projetos de interesse público, que foram transformados em lei. Sua contribuição para a história do Pará foi fabulosa. Faleceu no Pará, em 1964, aos 90 anos, em perfeita atividade intelectual (MEIRA, 2008).

Algumas das suas principais atividades legislativas como político encontradas no site do Senado Federal são:

Ementa: Manda erigir, na cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, monumento a memória de Pedro Teixeira, em consagração do movimento de que resultou a incorporação da Amazônia ao território Nacional (SF PLS 10/1951)

Ementa: Dá nova redação ao artigo 1139 do Código Civil (SF PLS 6/1950).

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a reconstrução do Palácio Arquiepiscopal de Belém do Pará e respectiva Catedral (SF PLS 29/1950).

Ementa: Faculta o início do horário às 7 horas quando ocorrer acordo coletivo entre empregadores e empregados devidamente homologado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (SF PLS 14/1948)

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a fazer, na Imprensa Nacional, uma edição das obras completas de Tobias Barreto, e dá outras providências (SF PLS 41/1948).

Ementa: Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Faculdade de Direito do Pará, com sede em Belém, na construção de um novo prédio para seu funcionamento, e dá outras providências (S F PLS 8/1947).

Ementa: Autoriza a abertura de crédito para a ampliação do prédio e das instalações e serviços da Escola Industrial Federal em Belém, Estado do Pará (SF PLS 21/1947) (BRASIL, 2018)

2 CONTEXTO HISTÓRICO E LINGUÍSTICO DE *ESTHESIA PHILOLOGICA*

O contexto que se desencadeava na época em que *Esthesia Philologica* (MEIRA, 1909) foi publicada caracterizou-se como um período de profundas transformações em Belém, tanto em sua arquitetura, quanto na cultura e na economia como um todo, devido ao ciclo da borracha que ainda era bastante intenso em toda a sociedade amazônica. A expansão da economia da borracha propiciou ao Pará o posto de maior produtor nacional de látex, durante algumas décadas. Em decorrência dessa expansão econômica, desenvolveu-se uma modalidade de próspera oligarquia regional composta por seringalistas (proprietários de seringais) e comerciantes “aviadores” que forneciam gêneros necessários ao funcionamento dos seringais e se responsabilizavam pela aquisição e transporte da borracha para Belém entregando-a às grandes firmas exportadora dessa matéria-prima. Tal prosperidade, advinda do circuito da borracha, permitiu a esta elite a construção de um estilo de vida que imitava os hábitos, valores e conceitos vigentes nos grandes centros urbanos europeus e nacionais. Segundo Sarges (2002, p. 23), “a cidade procurou se modernizar como que estivesse se preparando para ser o porto de escoamento da produção da borracha que em dado momento assumiu o segundo lugar na pauta de exportação brasileira”.

O processo de urbanização e modernização em curso na época encontrou na administração municipal do Intendente Antônio Lemos a sua expressão mais eficiente:

A cidade estava cheia de símbolos que sinalizavam um projeto modernizador ao gosto das elites enriquecidas com economia da borracha. Não bastava, no entanto, apreciar esse invólucro – monumentos, mercados, prédios; era preciso proteger todos os elementos que representavam o sonho burguês da modernidade (SARGES, 2002, p. 143).

Todas essas transformações pelas quais o Pará passava, repercutiam bastante na vida de sua população, na maneira como os sujeitos se comportavam, na educação que era repassada às crianças nas escolas, nos novos costumes impostos às pessoas, muito parecido com a vivência em grandes centros urbanos, nos jornais da época, na arquitetura, na economia como um todo.

Segundo Duarte (2018), no final do Império e início da República, o governo se utiliza da escola para manter suas vontades políticas, econômicas e culturais. Uma de suas muitas intenções era colocar o país na rota econômica do desenvolvimento industrial da Europa.

O grande pensador e escritor paraense José Veríssimo viveu nesse período de transformação e escreveu muitas obras relatando esse novo modelo de civilização que surgiu no Brasil e, em particular, na Amazônia por conta do período áureo da economia advinda da borracha. Das obras do escritor, uma que tem maior destaque com relação à questão da educação foi a obra “A educação Nacional”.

Veríssimo foi um dos pensadores que fizeram parte da transição do império para República. Nesse período, o Brasil vivia em meio a uma formação política, filosófica e cultural, buscando imitar a Europa e os Estados Unidos. Nesta ocasião, o que prevalecia eram as interpretações liberais, positivistas e evolucionistas do mundo e da sociedade em geral. Na primeira publicação do livro ‘A educação Nacional’, no capítulo VIII, cujo título era “Brasil e Estados Unidos”, José Veríssimo, logo nas primeiras linhas, diz que “muito é o que havemos de aprender e mesmo a imitar dos Estados Unidos, mas que isto não nos induza a pormo-nos simplesmente a copiá-los” (VERÍSSIMO, 1906, p. 175). O autor fala do grande sentimento nacionalista que os americanos possuem.

Veríssimo (1906) comenta que não era importante apenas repassar conteúdos às crianças e aos jovens. Era necessário educá-los no ensino cívico e moral direcionado para as coisas brasileiras.

O educador Veríssimo, ao falar da reforma na educação brasileira, expõe a seguinte ideia:

[...] uma das mais necessárias reformas é o do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro, não só feito por brasileiros, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime (VERÍSSIMO, 1906, p. 55).

Veríssimo (1906) defende uma educação que seja relacionada as coisas brasileiras, posto que, nesse período da história, os livros valorizam muito mais o modelo lusitano que o brasileiro.

No que diz respeito às gramáticas, não era diferente. Segundo Fávero (2000), a gramática do século XIX vive de seus antepassados, nesse caso, de suas origens em Portugal. “Imperam os métodos logicistas e nenhum gramático se preocupa com o falar do Brasil. O

que soa diferente é chamado pejorativamente de brasileiro” (FÁVERO, 2000, p. 185). Existe um uso do que é nosso apenas no meio literário, mas, na gramática, há pouco estudo e utilização de nossa língua nacional. Tem-se a tradição de preservar o modelo de língua dos grandes escritores portugueses.

De acordo com Caneca (1872 *apud* FAVERO, 2000, p. 185), a maior parte dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII, entendem que a “grammatica portugueza é a arte que ensina a falar, ler e escrever corretamente a lingua portugueza”. Orlandi e Guimarães (2001, p. 23) comentam que, nesse período, o estado se faz presente não apenas pela prática colonizadora, mas principalmente por impor que o português seja ensinado nas escolas: “é necessário aqui sublinhar a ação de Marquês de Pombal que proibiu o ensino das línguas indígenas nas escolas dos Jesuítas e que tornou obrigatório o ensino do Português” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 23). No contexto do período colonial, o português se tornou não apenas a língua de Estado, como também a língua dominante.

O fim do século XIX e início do século XX é marcado por muitas polêmicas acerca da língua nacional do Brasil, período esse em que está inserido o livro *Esthesia Philologica*, objeto de nosso estudo. Então:

Qual é a língua que falamos, de que modo a falamos, de que modo a escrevemos, quem fala esta língua e quem se apaga nas outras línguas que não são descritas? Enfim quais são os sentidos que foram sendo construídos, a partir da segunda metade do século XIX, para a língua nacional Brasileira (PFEIFFER, 2001, p. 167).

Estudar a língua portuguesa desse período é, também, estudar sua história. Isso significa estudar as ideias linguísticas por trás dela. Mas, afinal, o que é ideia linguística? Segundo Auroux (1989 *apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 24), “ideias linguísticas é todo conhecimento obtido a respeito de uma língua, em um determinado momento, como um produto que pode ser de uma reflexão metalinguística, ou de uma atividade metalinguística não explícita”.

Por meio das ideias linguísticas, podemos estudar as gramáticas antigas da língua portuguesa ou investigar qualquer outro conhecimento fundado na ciência linguística, como o estudo, no Pará, das gramáticas surgidas a partir do compendio do paraense Júlio Cezar Ribeiro de Souza, publicado em 1872. Sendo assim, podemos compreender que “toda a tradição gramatical é uma parte das ideias linguísticas” (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 140).

Quando a isso, Orlandi e Guimarães (2001, p. 16), tecem a seguinte reflexão:

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialista em linguagem. Isto significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem, a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. (...) portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 16).

Essa mesma História das Ideias Linguísticas nos permite também conhecer as instituições onde os conhecimentos eram discutidos, disseminados e questionados, pois, segundo Aurox (1989 *apud* FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 140), “o historiador deve projetar os fatos num hiper-espço que comporta essencialmente três tipos de dimensão: uma cronologia, uma geografia e um conjunto de temas”.

Dessa forma, conforme Fávero e Molina (2004),

Podemos estudar, por exemplo, o Colégio Pedro II, fundado em 1837, e sugerido como modelo, com o intuito de repassar boa educação aos jovens, a única instituição de ensino pública que existia no Rio de Janeiro durante o Império. Por meio do estudo de seu currículo, de seus programas, das diversas disciplinas e das incontáveis reformas que sofreu, na busca de servir de norma, de padrão, fazem-nos a compreender melhor o processo de formação do Estado o momento da implantação da Língua Portuguesa como disciplina. Desse modo, o currículo, com destaque enfatizado nos estudos clássicos (Latim e Grego) e na arte de expressar-se bem e filosofia e com um pequeno número de aulas de gramática nacional, revela a que tipo de pessoa era destinada: ‘destinado antes a preparação de uma elite do que a educação do povo (Azevedo, 1963: 572)’ e ele se conserva de acordo com os desejos dessa elite, que, ao adentrar na escola, já sabia a norma culta: ‘assim era mais importante o latim e a retórica do que a gramática nacional para qual dois anos eram mais que suficientes (Fávero, 2002: 73)’ (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 141)

Além disso, Ventura (1991) conta que,

a partir de meados do século XIX, perante forte interferência evolucionista, estudiosos tinham o costume de publicar seus trabalhos em periódicos para, não somente divulgá-los, mas também expô-los às críticas e julgamentos de outros intelectuais, em razão de, segundo os princípios de tal doutrina, a crítica era um elemento refinador da inteligência: O debate traria a evolução da literatura e do pensamento, promovendo a sua seleção e depuração. As diversas discussões sobre a questão da língua portuguesa realizadas naquela época nos dão uma importante ajuda para entender o nosso saber linguístico (VENTURA, 1991 *apud* FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 141).

Do ponto de vista linguístico, a ortografia vigente nesse período era a pseudoetimológica. De acordo com Silva (2014, p. 23), a escrita seguiu outro modelo, colocada por aqueles que seguiam a grafia etimológica, inserindo quase sempre as letras originárias das palavras, por mais que isso não representasse valor algum fonético. O latim é presente em toda a extensão da nossa história, mas principalmente a partir do século XVI, até o início do século XX.

O português começou a ter modelo da grafia do latim, passando, então, a absorver o uso da ortografia clássica. É o período das letras duplas como em ‘attracções’, ‘grammatico’, do th como em ‘esthesia’, ‘theoria’, ‘orthographia’; do ph como em ‘estrophe’, ‘phenomenos’, ‘phylosophico’; do ch com em ‘catechumenos’, ‘psychologica’.²

De acordo com Silva (2014), a principal característica do período pseudoetimológico foi a colocação de consoantes gemidas e insonoras, que pertenciam a grupos consonantais indevidamente chamados gregos, de letras tais como o Y, R e W, que aconteciam nas palavras originárias. Coutinho (1974, p. 76) diz o seguinte a respeito desse período:

O surto etimológico, além de acarretar dificuldades, exigia do escriba o conhecimento de vários idiomas; além disso, este sistema, por natureza retrógrado, assinalava a total dissolução do vínculo entre a língua falada e a escrita. Se o objetivo de qualquer grafia é representar as palavras, ajustando-se a elas como a veste se ajusta ao corpo, como se explicam tantos símbolos inúteis, que tiram do idioma escrito a simplicidade primitiva da escrita pela fonética? (COUTINHO, 1974, p. 76).

Sobre esse período da ortografia portuguesa, Ribeiro (2000) explica que:

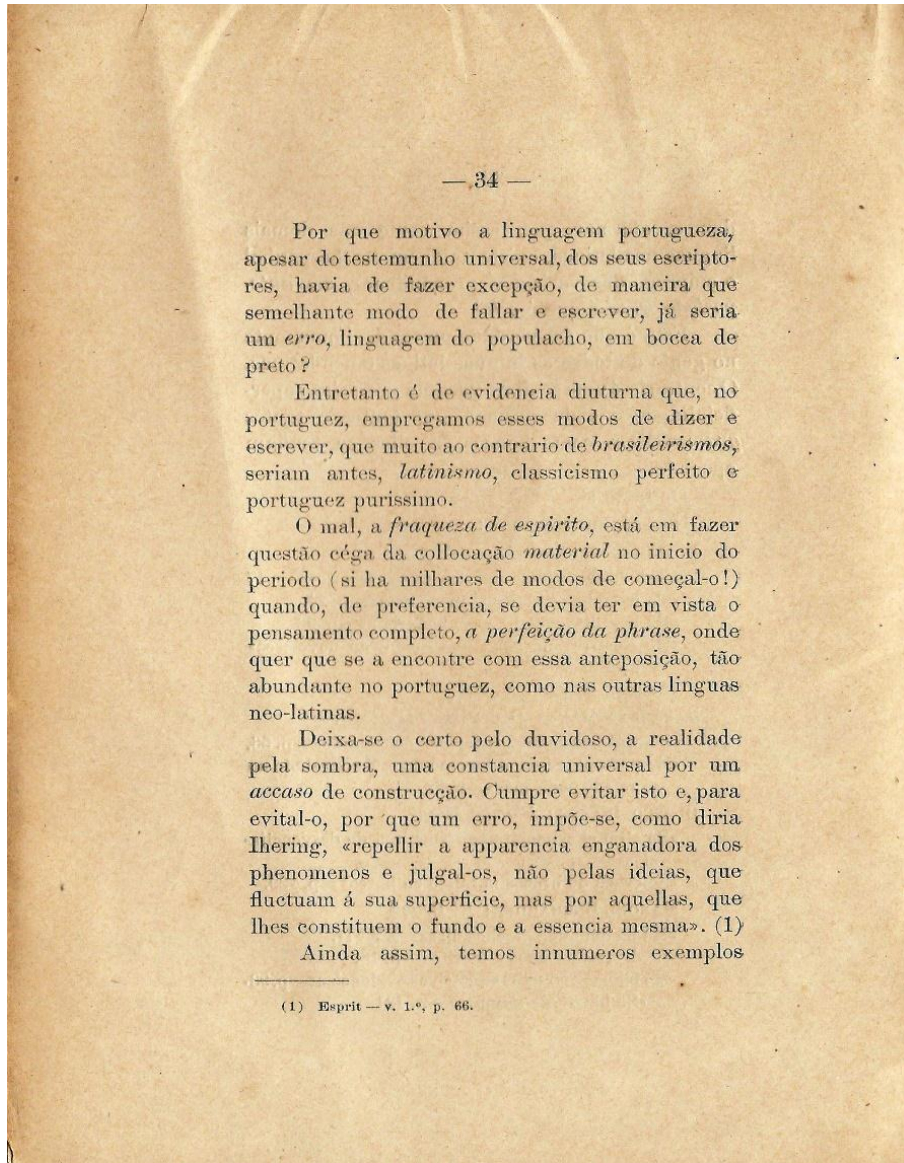
O pretensiosismo,³ aliado a uma certa ignorância, levou à prática de exageros. Entre outros casos, deixamos como exemplo o seguinte: introduziram-se letras que não eram pronunciadas, como esculptura; astma; character; etc.; o y passou a figurar em muitos vocábulos, como lythografia, typoia, lyrio, etc. (RIBEIRO, 2000 *apud* MATEUS, 2006, p. 163) (Nota minha)

Se abrimos qualquer página da obra de Meira, as palavras com tal grafia são encontradas em abundância. Abaixo, na *Figura 1*, há a demonstração da grafia do período pseudo-etimológico:

² Todas essas palavras foram tiradas da obra de Augusto Meira (1909).

³ Atitude própria de quem é pretencioso; vaidade exagerada. Disponível em: www.dicionario.priberam.org. Acesso em: 20 jul. 2018

Figura 1 – Exemplos da grafia no período pseudo-etimológico retirada da obra de *Esthesia Philologica*.



Fonte: *Esthesia Philologia* (MEIRA, 1909, p. 34)

3 O FENÔMENO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL: AVALIAÇÃO CRÍTICA

A obra *Esthesia Philologica: variações pronominaes*, objeto de nosso estudo, foi escrita por José Augusto Meira Dantas e publicada pela imprensa oficial do Pará no ano de 1909. A obra não possui sumário. É composta por nove capítulos e setenta e oito páginas. Ela é dedicada ao irmão do autor, Miguel Meira.

O primeiro capítulo intitulado *um crítico bisonho*, Augusto Meira fala sobre a crítica feita a ele por D. Estrada publicada no jornal correio da manhã, a qual se origina do fato de Meira começar frases por pronomes oblíquos, a partir daí Augusto Meira começa a dar exemplos que mostram que essa maneira de se iniciar frases existe e é legítima no português brasileiro.

O segundo capítulo é uma carta de Miguel Meira ao redator chefe do correio da manhã defendendo Augusto Meira da Crítica e criticando D. Estrada.

No terceiro capítulo intitulado *uma questão de gramática*, Meira fala sobre algumas considerações que o advogado Felix Coelho, fez sobre o artigo dele publicado no jornal a província, Felix acha que Augusto Meira confundiu começo de frase com começo de verso, Meira se defendeu citando vários exemplos contrários a que o advogado falou.

No quarto capítulo intitulado *sustine*, Meira continua demonstrando exemplos do uso do pronome oblíquo em início de frase em várias línguas, e diz que essa maneira de escrever e falar não tem nada a ver com o grau de estudo das pessoas, que é normal e correta em outras línguas.

No quinto capítulo intitulado *e aden sead aliter*, Augusto Meira faz alguns questionamentos em cima do artigo que Felix Coelho escreveu sobre o artigo dele publicado no jornal a província, no qual Coelho acusa Meira de confundir começo de frase com começo de verso, então Meira cita as polemicas de Paulino de Brito com Candido de Figueredo sobre a anteposição e posposição do pronome.

No sexto capítulo intitulado *sim, senhor*, Meira discorre mais sobre a polemica entre Brito e Figueredo com relação ao português próprio do Brasil, o qual é profundamente

criticado por Candido de Figueredo como sendo língua de preto, de populacho ou até mesmo como Brasileirismo.

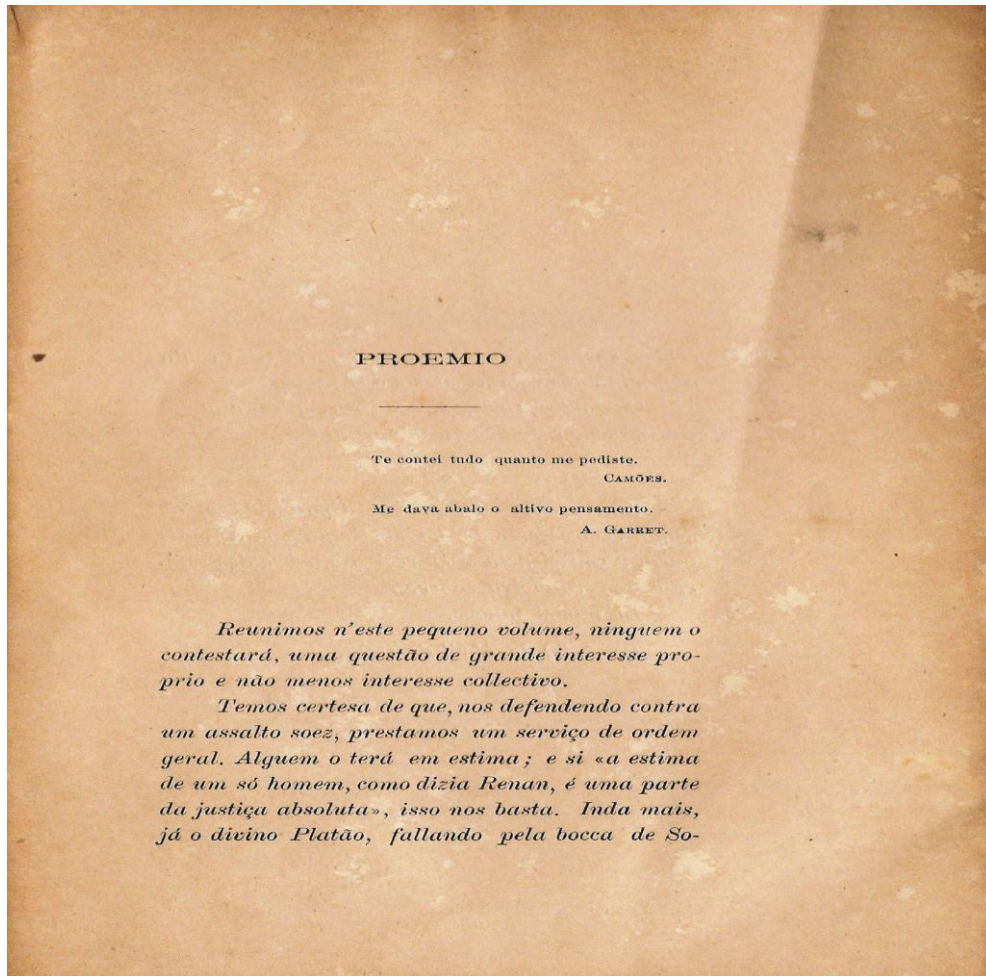
No sétimo capítulo *regra de tamanqueiro*, Meira analisa o modo ver a colocação pronominal entre Ruy Barbosa e Ernesto Carneiro, Carneiro diz que a colocação dos oblíquos é proibido em início de frase, se essa frase iniciar um texto, porém se essa frase estiver no meio do período, por mais que o oblíquo esteja no início da frase essa colocação pronominal não está incorreta. Ruy Barbosa discorda da opinião de Ernesto Carneiro.

No oitavo capítulo *a verdadeira lei*, Meira através de exemplos citados tenta explicar que antecipação pronominal ocorre na maior parte das vezes por acaso na frase, e, que sendo assim quando escrevemos dessa maneira não estamos inventando regras, mas sim escrevendo de maneira natural e casual.

E no último capítulo é uma demonstração da antecipação pronominal no Latim e nas línguas descendentes do Latim, Espanhol, Português, Francês e Italiano, para legitimar os argumentos de Augusto Meira.

No texto de apresentação da obra, Meira (1909) coloca dois textos, conforme consta na *Figura 2* abaixo:

Figura 2 – apresentação de *Esthesia Philologica* (1909)



Fonte: Recorte da folha de apresentação de *Esthesia Philologica* (1909) (MEIRA, 1909, p. 5)

Observe-se que os dois textos, tanto o de Camões quanto o de Almeida Garret, tem em comum começarem por pronomes oblíquos. A colocação pronominal é o principal assunto do livro *Esthesia Philologica: variações pronominaes* (MEIRA, 1909), em especial a colocação dos pronomes oblíquos em início de frase, por isso o autor coloca essas duas frases no texto de apresentação da obra, para mostrar a legitimidade dessa forma de colocação do pronome, já que é usada por autores renomados.

Em seguida, na mesma página, o autor fala que reuniu no pequeno volume uma questão de interesse próprio que também pode ser de interesse coletivo, e cita uma frase de Platão que, parafraseando diz: só devemos levar em consideração a opinião dos sábios, as dos demais se tiver alguma valia servirá mais à frente.

Quando lemos esse texto de abertura de Augusto Meira (1909), ficamos na dúvida, sem saber do que o autor está falando, mas no decorrer do livro descobrimos a polêmica.

Após ser alvo da crítica de D. Estrada, Meira (1909) diz que D. Estrada só está querendo chamar atenção, fazendo a ele uma crítica bisonha como essa (com relação a colocação dos oblíquos em início de frase), já que os grandes escritores são os primeiros que escrevem dessa forma. Meira (1909) ainda pergunta como ainda jornais dão trela a sujeitos como D. Estrada, pois, segundo ele, o único interesse de D. Estrada é que alguém lhe dê atenção. O autor de *Esthesia Philologica* pede uma explicação científica do por que seria errado começar frases com pronome oblíquo átono. Como ele mesmo diz: “desde, porém, que se nos atribuiu um erro, é justo que se demostre a sua existência” (MEIRA, 1909, p. 27).

Explicação essa que não é dada pelos gramáticos conservadoristas que dizem ser incorreta essa maneira de iniciar a frase pelos oblíquos.

✓ **A colocação pronominal: prescrição e descrição**

A colocação pronominal é a colocação dos pronomes oblíquos átonos na frase em relação aos termos da oração. Segundo a Moderna Gramática Portuguesa, de Evanildo Bechara (2009), a colocação pronominal envolve

As três posições que o pronome átono pode assumir em relação ao vocábulo tônico, donde a ênclise, próclise e mesóclise.

Ênclise é a posposição do pronome átono ao vocábulo tônico a que se liga: Deu-me a notícia.

Próclise é a anteposição ao vocábulo tônico: Não me deu a notícia.

Mesóclise é a interposição ao vocábulo tônico: Dar-me-ás a notícia (BECHARA, 2009, p. 490).

A gramática tradicional prescreve que a colocação aceita na norma culta em início de frase, principalmente na língua escrita, é a ênclise, isto é, “pronomes oblíquos pospostos ao verbo. Ex: Quero-lhe muito bem” (CEGALLA, 2000, p. 538). Isso porque essa forma segue a estrutura sintática básica de uma oração: verbo + complemento.

A colocação pronominal proclítica, segundo essa mesma norma da gramática tradicional, nunca deverá ser feita quando o verbo se encontrar no início das frases. Ex: Me dê um cigarro. Por mais que essa seja uma forma consagrada no Brasil, a nomenclatura gramatical brasileira só aceita a forma lusitana: Dê-me um cigarro.

Um dos defensores da gramática conservadora é Napoleão Mendes de Almeida.⁴ A seguir, ele tenta explicar o porquê é incorreto iniciar frases pelos pronomes oblíquos:

A palavra regra, quando se fala em “regras para a colocação dos pronomes oblíquos”, deve ser bem compreendida. A causa, o móvel, o eixo, o princípio fundamental, que explica a diversidade de posição, na frase, do pronome oblíquo, é tão só, única e exclusivamente um: a eufonia (gr. eu = bom + phone = som), isto é, a harmonia, agradabilidade do som, ou, ainda, a facilidade, a suavidade na pronúncia (isto se denomina, com mais propriedade, eutomia-do gr. eu = bom + stoma = boca). Mas que é realmente, em gramática, eufonia? Não tem aí a palavra sentido absoluto, conceituação própria, independente, senão relativa: é eufônico, numa língua, o que é habitual, que é costumeiro, o que é geral, e neste sentido é o que o aluno deve compreender afirmações como ‘a preposição não é agradável ao ouvido’, ‘repugna ao ouvido...’

O uso, repito, tanto relativo a um grupo quanto a um indivíduo, é que torna eufônico, ou não, determinada incidência tônica: a agradabilidade do som e a suavidade da pronúncia são decorrência natural do hábito. Nesse sentido, pois, é que se deve compreender, no presente estudo, que ‘regra não passa de exigência da eufonia ou da eutomia’ e, ainda, quando se diz que para os portugueses não existe o problema dos pronomes oblíquos; é que eles, habitualmente, observam as regras. Esse estudo iniciou-se e só se faz no Brasil, cuja extensão territorial exige muito mais escolas e muito mais vias de comunicação para que se preserve sua unidade política e linguística (ALMEIDA, 1969, p. 196). (Grifos no original)

Almeida (1969) defende que é somente e apenas a eufonia que define a posição clítica de um pronome tônico, que a decisão do emprego clítico depende do hábito, ou seja, do uso dos falantes.

A colocação de pronomes oblíquos átonos em início de enunciado está presente no latim, tanto na modalidade padrão (latim clássico) quanto na não padrão (latim vulgar), na fase arcaica e no estado atual da língua portuguesa. Utilizar a eufonia como explicação para condenar esse fenômeno não se sustenta, visto que, esse uso é avaliado como inteiramente normal e comum em registros de falantes ditos cultos tanto no Brasil como em países africanos (Angola e Moçambique) (CUNHA; CINTRA, 2001).

Ou seja, o purismo que o gramático procura para explicar o porquê de seu posicionamento com relação à colocação pronominal não tem cabimento no português brasileiro.

Em meados do século XX, Said Ali (1950) já procurava explicar e descrever o funcionamento do português do Brasil, a partir das características que lhe eram específicas:

⁴ Napoleão Mendes de Almeida foi o mais notório e polêmico gramático brasileiro do século XX. Disponível em: <https://linguaeculturajuliopedrosa.wordpress.com/tag/napoleao....> Acesso em: 09 nov. 2018

No Brasil, observa-se, como em Portugal, a construção quanto aos tempos compostos e quanto a futuro (do presente e do pretérito), e, na linguagem literária, não se começa o discurso pelo pronome complemento. Outro tanto não se dá com a regra de anteposição há pouco formulada, que pressupõe pronúncia lusitana nos pronomes, nas partículas e na frase em geral. As condições de pronúncia são outras no Brasil; logo, essa regularidade não pode existir. A regularidade lusitana é correta em Portugal; a liberdade de colocação é correta no Brasil, conforme já sancionada na linguagem literária pelos escritores brasileiros. Ocioso seria querer um povo imitar o outro; e tanto custa ao brasileiro imitar o português, quanto é difícil a este acompanhar-nos a nós. O que num país parece brotar espontâneo ao ar livre, noutro só se conseguiria a poder de cultura em atmosfera artificial. (SAID ALI, 1950, p. 45)

Cunha e Cintra (2008) afirmam que a colocação pronominal brasileira é diferente da colocação portuguesa e, em alguns casos, se parecem com o português medieval e clássico. Na seção *A colocação dos pronomes átonos no Brasil*, Cunha e Cintra (2008) explicam como exemplo de colocação do português brasileiro (PB) três casos:

- a) A próclise em início de oração (nesse caso, os autores destacam principalmente o clítico *me*). Os exemplos que ilustram o caso são:
 - Me desculpe se falei demais. / Me arrepio todo
- b) A próclise em situações em que não há elemento proclitizador que justifique tal colocação (nesse caso, os exemplos são casos de próclise depois de sujeitos). Eis os exemplos:
 - Se Vossa Reverendíssima me permite, eu me sento na rede. /
O usineiro nos entregava o açúcar pelo preço do dia, pagava a comissão e armazenagem e nós especulávamos para as praças do Rio e São Paulo./
 - A sua prima Júlia, do Golungo, lhe mandou um cacho de bananas. (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 331).

Segundo Orlandi (2002), a partir da metade do século XX, a gramatização no Brasil ganha uma nova forma. Devido as discordâncias analíticas e descritivas entre os gramáticos brasileiros que marcam a primeira metade do século XX, é proposta uma nova terminologia que seja única, a fim de controlar essa dispersão: a NGB. A oficialização da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), no ano de 1959, foi criada com o intuito de dar uniformidade à produção de um conhecimento gramatical de autores brasileiros. Para Guimarães (1996, p. 137), a implantação da NGB cria um outro efeito de sentido, pois ela “traz em si o movimento de afastar-se de Portugal estabelecendo, ao mesmo tempo, uma unidade linguística específica. E isto pelo estabelecimento de uma terminologia, uma metalinguagem”. Dessa maneira, a

NGB estaria implantando a unidade do discurso gramatical e, também, a variedade em relação ao discurso gramatical português.

De acordo com Dias (1996), a NGB busca uma identidade nacional (brasileira) na autoria das gramáticas, assim como também um controle sobre as gramáticas na forma do discurso, com o objetivo de controlar o saber do gramático e dar-lhe identidade própria em sua produção.

Bechara (2005), quando fala da colocação dos pronomes átonos, faz algumas observações com relação à colocação dos clíticos no Brasil. O autor diz que as tendências do Brasil nem sempre são abordadas pela gramática como regras “dignas de imitação”, isso por ela estar presa “a um critério de autoridade que a linguística moderna pede que seja revisto” (BECHARA, 2005, p. 591).

Bechara (2009) defende ainda que:

muitas das regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano [...] É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam. (BECHARA, 2009, p. 490)

Azeredo (2012) completa:

A colocação do pronome oblíquo átono antes do verbo que o rege – próclise – é a posição mais comum nas variedades de português falada no Brasil. A opção pela ênclise na fala pode revelar alto grau de monitoramento, quando não certo artificialismo do discurso (AZEREDO, 2012, p. 260).

Martins de Aguiar (2009) expõe que a colocação pronominal obedece a um complexo de fatores, fonético (rítmico), lógico, psicológico (estilístico), estético, histórico, que às vezes se contrapõem (AGUIAR, 2009 *apud* BECHARA, 2009, p. 591). O autor justifica, portanto, que por razões variadas no português do Brasil, na linguagem coloquial, o pronome átono pode vir como proclítico no contexto de início de período.

Cunha e Cintra (2005) consideram como característica do português do Brasil e das repúblicas africanas os seguintes contextos: o uso da próclise em início de frase, principalmente da forma **me** (ex. ‘Me empreste esse livro’). Há uma preferência pela próclise em orações absolutas, principais e coordenadas que não sejam iniciadas por vocábulo que exija essa colocação (ex. se vossa senhoria me permite, eu me proponho).

✓ O fenômeno da colocação pronominal sob a ótica de Augusto Meira

A principal discussão que Augusto Meira trava em seu livro *Esthesia Philologica* (1909) é com relação à colocação de pronomes oblíquos átonos em início de enunciado (próclise). Esse fenômeno é encontrado em abundância no discurso que o promotor do Pará escreveu ao jornal *A Província do Pará*, no dia 27 de janeiro de 1909.

Não se sabe qual era o assunto, mas o fato é que, nesse discurso, Meira inicia uma frase com pronome oblíquo, “Se tratava de roubos”. A maneira de Meira usar a próclise, em início de enunciado causou grande desconforto aos críticos, pois muitos gramáticos consideravam um erro grosso ou uma tremenda falta de atenção começar um enunciado com pronome oblíquo átono porque não era a colocação pronominal formal aceitável pelos falantes ditos cultos da época.

Osório Duque Estrada⁵ foi um dos mais acirrados críticos de Augusto Meira. O intelectual criticava a forma como Augusto Meira usa a colocação pronominal, considerada “errada” para os gramáticos conservadoristas da época. Essa crítica motivou Augusto Meira a escrever *Esthesia Philologica* (1909), objeto de estudo deste trabalho. No período em que escreveu a crítica a Augusto Meira, D. Estrada escrevia no grande jornal *Correio da Manhã*. Esse jornal, no início da República, era de circulação nacional e tinha muitos leitores conservadores a favor de uma língua portuguesa sem “corrupções”.

A crítica feita a Augusto Meira por D. Estrada em relação às colocações pronominais também já havia sido feita a outro escritor dessa mesma época, Paulino de Brito⁶, pelo

⁵ Professor, ensaísta, poeta e teatrólogo. Duque Estrada começou a colaborar com a imprensa em 1887, escrevendo os primeiros ensaios na cidade do Rio de Janeiro. Colaborou em quase todos os diários do Rio de Janeiro. Entrou para a redação do correio da manhã, em 1910, dirigindo-o por algum tempo. Foi nesse período que criou a seção de crítica “Registro Literário”, mantida de 1914 a 1917, no correio da manhã, de 1915 a 1917, no imparcial; e de 1921 a 1924, no jornal do Brasil. Uma boa parte de seus trabalhos desse período foram reunidos em críticas e polemicas. Tornou-se um crítico literário temido. Gostava de polêmica. De todas as censuras que fez, nenhuma conseguiu dar-lhe renome a posteridade. Além disso, como poeta não teve grande destaque, a não ser pela autoria da letra do Hino Nacional Brasileiro. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Osório_Duque-estrada. Acesso em: 11 nov. 2018

⁶ Paulino de Brito nasceu em Manaus, em 09 de abril de 1858. Foi poeta, contista, romancista, cronista, ensaísta e articulista de jornal. Professor de língua portuguesa, ninguém o excedia nas questões do idioma. De personalidade forte, Paulino de Brito nunca se deixou contaminar pela influência dos modismos literários. Não se enquadrou em nenhuma classificação estética”. Disponível em: memoriadaliteraturadopara.blogspot.com/2013/08/paulino-de-almeida. Acesso em: 09 nov. 2018

gramático português Candido de Figueiredo⁷, que prescrevia apenas uma maneira “correta” de falar e escrever, à moda portuguesa, aquela deixada por nossos colonizadores, pura e intocável de qualquer modificação. No início da República, Brito (1908) já alertava sobre isso: “Ora, a corrente hoje dominada é o Lusitanismo. Todos acreditam que para falar e escrever o bom português é indispensável falar a portuguesa” (BRITO, 1908, p. 10).

Os gramáticos conservadoristas do início do século XX abominavam qualquer construção que fugisse daquela imposta por eles com seu suposto patriotismo e sem nenhuma comprovação científica ou histórica, como explica Brito (1908), ao defender a forma legítima do uso da próclise em início de frase no falar brasileiro. Como ele mesmo explica, ao combater o gramático português Candido de Figueiredo:

O Sr. Candido de Figueiredo, como uma dose de orgulho nacional que não censuramos, mas até invejamos para nossos patrícios, entendeu e ensinou que d’quelas duas maneiras de falar dos brasileiros só uma era legítima – a usada pelos portugueses, devendo a outra ser condenada e banida como erro crasso (BRITO, 1908, p. 12).

A exemplo de Paulino de Brito (1908), Augusto Meira (1909) contra argumenta à ideia de língua pura, sem corrupções. Para o promotor do Pará,

o mal, a fraqueza de espirito, está em fazer questão cega da colocação material no início do período (si ha milhares de modos de começa-lo!) quando, de preferencia, se devia ter em vista o pensamento completo, a perfeição da frase, onde quer que se a encontre com essa anteposição, tão abundante no portuguez, como nas outras línguas neo-latinas (MEIRA, 1909, p. 34).

Nos argumentos de Meira (1909), desde que o texto tenha coerência e faça sentido não há problema algum na antecipação do pronome ao verbo em início de frase. O intelectual cita versos do *Luziadas* para comprovar isso:

Canto 1.º:

Lhe vá mostrar a terra onde se uniforme.

Estrophe 40.

Lhe será tanto engano fabricado.

⁷ Candido de Figueiredo destacou-se como lexicólogo e linguística, tendo feito parte da comissão que foi encarregada em 1911 de fixar as bases da ortografia da língua portuguesa”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/candido_de_Figueredo. Acesso em: 09 nov. 2018

Estrophe 76.
 Se perca a gente d'ella tanto amada
 Estrophe 100.
 (Meira, 1909, p. 8)

Augusto Meira (1909) então, faz os seguintes questionamentos:

Por que razão logica ou scientifica é acertado antepor-se o pronome em todas as partes do período e é errôneo escrevel-o no principio?

Por que razão é possível começar um período por toda e qualquer palavra menos por aqueles pronomes? (MEIRA, 1909, p. 18)

São questionamentos bastante coerentes que o autor faz, já que os exemplos que o promotor mostra não têm nada de errôneo do ponto de vista da interação social, são textos que fazem muito sentido, possuem lógica e que foram escritos por autores de grande nome na história da língua portuguesa

Na explicação de Guy e Zilles (2006, p.43), “uma base comumente invocada como justificativa para o caráter de correção atribuído ao padrão é a história: é mais correto falar assim porque essa forma é mais semelhante a aquela usada no passado”. Contudo, a explicação dos gramáticos de que não se deve iniciar uma frase com pronome átono não é a compreensão que se acha nos estudos da história da língua portuguesa. Conforme Meira (1909, p. 34), “Os relatos do desenvolvimento das línguas românicas não presumem como errôneo essa maneira de colocação pronominal, muito menos a denúncia de qualquer outra maneira”.

Meira (1909) diz que iniciar a frase com a próclise é perfeitamente válido, pois se formos estudar a história da língua portuguesa, essas estruturas sempre existiram. O português descende do latim. Na nossa língua mãe também existem escritores que iniciavam períodos com o pronome átono. Façamos uma ligeira revista.

VIRGILIO: Eneida.

Se quoque principibus permitum adgnovit achivis L. 1º. V. 487.

Me si fata meis paterentur ducere vitam.

Me patris Anchise, quoties humentibus umbris L. IV, v. v. 340 e 351.

Te quoque magna manent reagnis penetralia nostris L. VI, v. 71.

Me duce Dardanius – L. X, v. 92.

Te quoque magnaminae viderunt – L. X, v.139.

*Me sinite*⁸ – L. XII, v. 316. (MEIRA, 1909, p. 20-21) (Grifo meu)

Se consultamos a formosa língua de Dante, essas construções também existem:

DELLA QUERCIA: *IJ Risveglio*.

Ti amo tanto, pag. 25.

Si accomiatarono nella lunga galeria, pag. 88.

Li comprai a Firenze, pag. 104.

Mi pare di conoscervi, pag, 112.

No francez também existe:

Em Emilio Zola:

Te voilà encore dans mês jambés

Fecondite, pag.452.

Em Musser:

Me jugeais-te coeur si large?

Les morrons.

Me voilà seul au monde.

Lá coupe au levres. (MEIRA, 1909, p. 26)

Meira (1909) assevera, “eis ahi. Vemos no latim, a língua mater e nas línguas irmãs, Francez e Italiano, o emprego constante dos pronomes no início do período”. E Continua, “por que motivo, no portuguez, linguagem quase latina, não se fará a mesma cousa?” (MEIRA, 1909, p. 26). Dessa maneira, não há argumentos para o uso obrigatório da ênclise em posição inicial de frase que não seja o capricho dos gramáticos.

Na contemporaneidade, Marcos Bagno (2017), em seu artigo intitulado *colonização pronominal*, diz: “já faz mais de dois séculos que se discute a colocação pronominal no Brasil” (BAGNO, 2017, p. 1). O linguista afirma que a grande questão é que

a mentalidade colonizada também opera na nossa cultura linguística. E o melhor exemplo disso é a famigerada colocação pronominal. As descrições do emprego dos pronomes oblíquos que a gente encontra nas gramáticas de inglês, italiano, francês,

⁸ Me deixe

espanhol e português europeu correspondem aos usos reais da ampla maioria das populações que falam essas línguas. Só no Brasil, e não por acaso, é que aquilo que vem nas gramáticas não corresponde em absolutissimamente nada do que realmente se fala por aqui. Somos o único povo que precisa “aprender” a colocar seus pronomes no lugar “certo” (BAGNO, 2017, p. 1). (Grifo no original)

Isso é fato! Nosso falar não segue as regras da ênclise prescritas pela tradição gramatical como regras do português dito padrão. Dessa forma, Bagno (2017, p. 2) contesta alguns gramáticos que prescreveram tais regras dizendo:

Nossos gramáticos mais conhecidos são nada mais nada menos do que mentirosos. Mentirosos, sim, embusteiros, farsantes, fraudulentos, hipócritas, impostores, loroteiros, ludibriadores. Basta abrir, por exemplo, a gramática de Rocha Lima. O que aparece lá? Isto: “Aposição normal dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise)”.

Normal para quem, cara-pálida? Mentira! Mentira também o que aparece na gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra: “Sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, aposição lógica, normal, é a ênclise”. Se isso é lógica, eu sou o rei da França, e olha que a França nem rei tem!

Essas afirmações dos gramáticos são o que estou chamando aqui de “colonização pronominal”. Elas tentam enfiar o português brasileiro na fôrma estreita de uma “língua portuguesa” abstrata, genérica, uniforme, um modelo idealizado, artificial, baseado numa seleção restrita de usos feitos pelas classes sociais mais letradas de uma região específica de Portugal, em cujo centro está, não por acaso, a capital, Lisboa. (BAGNO, 2017, p. 2) (Grifos no original)

Como Bagno (2017, p. 2) bem cita, “esses gramáticos querem, a todo custo, nos impor uma língua que pertence aos nossos colonizadores, que não condizem, de fato, com nossa realidade, com o falar do povo brasileiro”.

Mais de um século se passou desde que Augusto Meira escreveu *Esthesia...* e há mais de dois séculos se discute o fenômeno da colocação pronominal, como sugere Bagno (2012). Contudo, as gramáticas normativas ainda pregam que em posição inicial de oração jamais se pode usar um pronome átono. Mas, já existem estudiosos contemporâneos conhecidos por suas visões linguisticamente mais inovadoras da língua portuguesa. Conforme já vimos, Bagno (2012, 2017) é um deles. O intelectual diz que, no português brasileiro, a regra de colocação do pronome oblíquo antes do verbo principal é uma regra só, a regra da próclise (pronomes oblíquos átonos antes do verbo): “de tudo o que já foi dito e exposto se depreende a seguinte regra única de colocação dos clíticos: PRÓCLISE AO VERBO PRINCIPAL”, e ainda, “o clítico virá sempre antes do verbo do qual ele é complemento direto ou indireto” (BAGNO, 2012, p. 762) (Grifos no original). É o que demonstra o exemplo abaixo:

[27] eu poderia me alimentar só de carne. (NURC POA/291). (falar das pessoas de Porto Alegre) (BAGNO, 2012, p. 762)

Bagno (2012, p. 762) diz que “no *corpus* Nurc-Brasil⁹, das 160 ocorrências do clítico **me**, apenas 5 não estão na posição de próclise ao verbo principal. Isso quer dizer que, a próclise ocorreu em 97% dos casos”. (Grifos no original)

E ainda, Bagno (2012, p. 763) diz que “é muito curioso [que] os mesmos defensores mais estritos do purismo linguístico [...] não só deixem passar sem comentários negativos a próclise ao particípio como também a empreguem em seus escritos”. Como podemos observar no exemplo abaixo:

Não fosse o refém uma pessoa com o destaque de Sílvio Santos, **teriam** tantas autoridades **se posto** a volta da vítima e o próprio governador **se abalado** porque assim queria o criminoso? (Jânio de Freitas, *Folha de São Paulo*, 31/08/2001, primeira página). (BAGNO, 2012, p. 763) (Grifos no original)

A observação que Bagno (2012) faz em relação aos defensores da gramática puríssima é a mesma que Meira (1909) também faz no decorrer de sua obra, pedindo explicação sobre o porquê de ser incorreto o uso do pronome oblíquo átono em início de frase (próclise), se até mesmo os que criticam essa forma de escrever (e de falar) também o fazem.

Os questionamentos de Meira (1909) e Bagno (2012) são bastante coerentes. Como percebemos nos exemplos citados por Meira (1909), os grandes escritores, e até mesmo os jornalistas, como nos mostrou Bagno (2012), já fizeram essa colocação em algum momento. Torna-se então uma regra controversa essa questão da ênclise em início de oração. Como pode ser criticada a forma proclítica na língua brasileira se os ‘detentores do saber’ já se utilizaram dela em algum momento?

CONCLUSÕES

⁹ Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta. Ele documentou, na década de 1970, a norma culta falada em cinco capitais brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

O presente estudo da obra *Esthesia Philologica: variações pronominaes*, de Augusto Meira, publicada em 1909, foi muito importante no sentido de estudar a colocação pronominal, pois percebe-se que, no início do século XX, era uma temática bastante polêmica entre os gramáticos, principalmente no que se refere à colocação dos pronomes no português Brasileiro. Nesse sentido, percebe-se hoje em dia o quanto Meira foi um escritor que contribuiu no sentido de mostrar, de fato, que na colocação pronominal brasileira, a próclise em início de frase é legítima e não há nenhuma explicação científica ou, como defende Meira (1909), filosófica que diga por que seria “incorreta” essa colocação.

A ocorrência da próclise em início de frase em autores clássicos, como nos mostrou Meira (1909) no decorrer do trabalho, nos revela que a próclise ao verbo principal sempre existiu em nossa língua. A grande questão é, como Meira (1909) nos disse em seu livro, que alguns gramáticos querem inventar regras, sem ter uma explicação convincente, por que tal regra está “errada” e outra está “correta”.

Por meio dos estudos realizados na obra de Augusto Meira (1909), pudemos constatar que muitos gramáticos habitualmente apoiam-se em regras confusas para defender a tradição gramatical, tais como, eufonia e pureza de um determinado estágio da língua. Contudo, é muito complicado apoiar-se em regras como essas para explicar porquê de não se dever usar a próclise em início de período, visto que, esse fenômeno ocorre em abundância no português do Brasil, tanto em sua modalidade oral, quanto em sua modalidade escrita.

O objetivo não é não impor a próclise em início de frase na linguagem escrita. O que pretendemos é fazer uma reflexão científica sobre o fenômeno para que este não seja ignorado nas aulas de língua portuguesa. É fundamental enfatizar aos alunos que a próclise ao verbo principal é a colocação mais presente no Brasil e, nesse sentido, faz-se necessário que não seja condenada como “erro”, pois é muito complicado ensinar ao aluno, de forma autoritária e sem nenhuma base científica, uma prescrição gramatical que, há mais de dois séculos, vem sendo criticada por estudiosos.

O fato é que a norma gramatical do fenômeno da colocação pronominal se encontra desatualizada no contexto do português brasileiro. Exige-se uma reflexão a certa da língua falada pela maior parte da população no dia a dia. Faz-se necessário entender que a língua portuguesa também pertence aos brasileiros e, portanto, o Brasil possui sua forma legítima de falar português.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.

BAGNO, Marcos. A colonização pronominal. **Brasileirismo.com**: jornal do Romário, Brasília, p. 4, 2017. Disponível em: <https://www.brasiliarios.com/colunas/66-marcos-bagno/689-a-colonizacao-pronominal>. Acesso em 21 out. 2018.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2012.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Deputados Brasileiros**. Repertório (1946-1967);

CISNEIROS, A. Parlamentares; Diário do Congresso Nacional. Brasília. 9 Out. 2018.

_____. **Secretária Geral da Mesa e Coordenação de Arquivos**. Brasília, 2018b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1886>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BRITO, Paulino de. **Brasileirismo de colocação de pronomes**. Rio de Janeiro: Livraria Azevedo, 1908.

CANECA, J. S. **Breve compendio de grammatica portuguesa**: edição póstuma. Recife: Typographia Mercantil, 1875.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Cia. Ed; Nacional. 2000.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria acadêmica, 1974.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luiz Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

_____. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008

DIAS, Luiz Fernando. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. São Paulo: Pontes, 1996.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura da amazônia**: produção, edição, autoria e discursos sobre a educação de meninos, civilidade e moral cristã. São Paulo: Pontes Editores, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes. A produção gramatical brasileira no século XIX – Da gramática filosófica à gramática científica. *In*: BARROS, Diana Luz Pessoa de. (Org.). **Os discursos do descobrimento**: 500 e mais anos de discurso. São Paulo, 2000. p. 181-191.

_____.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas do no Século XIX**: a gramática do Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____.; _____. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. **Revista Anpoll**, São Paulo, n.16, 2004. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/2899355298_história_das_ideias_linguísticas_origem_metodo_e_limitacoes. Acesso em 12 abr. 2018.

GUIMARÃES, E. R. J. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. *In*: _____.; ORLANDI, Eni (orgs.). **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana M. S. O ensino da língua materna: uma perspectiva sociolinguística. **Caleidoscópio**, São Leopoldo, v. 4, 2006. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5985/3163>. Acesso em 28 jul. 2018

MATEUS, Maria Helena Mira. **Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa**, 2006. Disponível em:

<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/41/80>. Acesso em: 28 jul. 2018.

MEIRA, José Augusto Dantas. **Esthesia Philologica**: variações pronominaes. Belém: Imprensa Oficial do Pará, 1909.

MEIRA, Maria Angélica Almeida de. **A arte do fazer**: o artista Ruy Meira e as artes plásticas no Pará dos anos 1940 a 1980. Trabalho de Conclusão de Curso – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. R. J. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. *In*: _____. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo, 2001. p. 21-38.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. São Paulo, 2001. p. 167-183.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1950

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1920)**. Belém: Paka-Tatu, 2000. Disponível em: www.iltec.pt/pdf/wpapers/2006-mhmateus-ortografia_portuguesa.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018

SILVA, Anderson Cristiano. As implicações do internetês na ortografia: um estudo em duas escolas públicas paulistas. **Revista Letras Raras**, São Paulo, v.3, n.1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/articulate/viewFile/231/186>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.